

Entre a *coragem* e as *covardias* nas *lutas por terra*¹

Renata Barbosa Lacerda (PPGAS-UFRJ/RJ)

Palavras-chave: Emoções; Moralidades; Relações de poder.

Introdução

Neste texto, analiso a gramática emocional e moral dos assentados nas disputas por terra no assentamento de Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS) Terra Nossa, situado nos municípios Novo Progresso e Altamira. Desde sua criação em 2006, famílias de grandes e médios fazendeiros que reivindicam áreas dentro desse território de quase 150 mil hectares agiram para reduzir, cancelar ou recategorizar o PDS por meio de processos judiciais, administrativos e confrontos². Após anos de espera por acesso a documentação, crédito, infraestrutura e assistência técnica que nunca chegaram, segmentos cada vez maiores de assentados negociaram com esses fazendeiros para acordarem sobre a regularização do Terra Nossa, aceitando sua redelimitação ou recategorização desde que mantivessem o acesso à terra³.

Por outro lado, algumas famílias de beneficiários da reforma agrária se mantiveram na *luta* pela consolidação do Terra Nossa em seu desenho original de criação⁴. Por isso, são alvos de ameaças e retaliações cotidianas por antagonistas, tanto os *fortes de condições* – fazendeiros, mineradoras e madeireiros que mantêm atividades ilegais ou irregulares no PDS⁵ –, quanto beneficiários *fracos* aliados ao *outro lado da luta*. Para além desses *lados*, que separava os *traíras* entre os assentados, muitos construíram relações tingidas pelo *medo*, *humilhação*, *raiva* e *coragem*, mas nem todos

¹ Trabalho apresentado na 32ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro de 2020.

² Antagonistas do PDS Terra Nossa demandam a recategorização para Projeto de Assentamento (PA), pois isso facilitaria a entrada dos lotes no mercado fundiário.

³ O acesso almejado à terra pode ser nesses casos desde a permanência ou acesso à condição de beneficiário da política de reforma agrária – constando na Relação de Beneficiários (RB) do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) –, quanto se tornar dono de propriedade privada, através do que chamam de regularização fundiária, ou seja, emissão de títulos individuais de propriedade.

⁴ Expressões nativas relacionadas ao tema deste trabalho se encontram em itálico.

⁵ Mineradoras pesquisaram ou extraíram ouro sem licença ambiental com apoio de fazendeiros cujos documentos de posse foram oriundos de grilagem e/ou concentração de fundiária além do permitido legalmente para a Amazônia Legal (INCRA, 2018). Embora não tenham títulos de propriedade e não cumpram os requisitos legais para reivindicar posse, grandes fazendeiros – pecuaristas, donos de mineradoras e/ou serrarias – se apresentam como “posseiros” para legitimarem suas demandas.

com os mesmos agentes ou da mesma forma. Havia aqueles que distinguiam antagonistas *humildes* dos *brabos/valentes* que *humilhavam* e desprezavam seus corpos, casas, trabalhos e coisas. Alguns poucos com quem conversei sustentavam que os *brabos* teriam *amansado* com o tempo, não sendo mais causadores de *medo* nem *humilhação*. Fazendeiros percebidos como *amansados*, *humildes* ou *menos maus* foram identificados como parte de sua rede de reciprocidade, a qual viabiliza seu trabalho na terra, situação possível quando não mantêm litígio direto sobre as demandas fundiárias mútuas.

Busco mostrar como essas emoções vinculadas a moralidades dramatizavam, reforçavam ou alteravam as configurações sociais de hierarquias em jogo – compondo uma micropolítica no sentido de Claudia Rezende e Maria Claudia Coelho (2010). Essa gramática, ou discurso emocional incorporado (ABU-LUGHOD; LUTZ, 1990), se estendia ao *governo federal* e seus funcionários, protagonistas de suas *histórias de sofrimento e luta*. Ao contarem suas *histórias* expressando seus sentimentos por palavras e pelo corpo, assentadas e assentados demonstraram sua dignidade e se posicionaram em configurações sociais diferenciadas por hierarquias de classe, gênero e raça – as quais marcam movimentações, distanciamentos e aproximações cotidianos, como mostraram Ester Corrêa e Telma Bemerguy (2020). Traduzidas em hierarquias de respeito (MARQUES, 2007, p.18), essas configurações são desenhadas ao designarem determinados atos e situações como *covardes*, *humilhantes* ou violentos – logo, causadores de *sofrimento* – ao buscarem deslegitimar oponentes por terem ultrapassado limites morais, em sentido próximo ao que apontaram Ana Claudia Marques, John Comerford e Christine Chaves (2007, p.53).

Dibe Ayoub (2014) observou como a linguagem do sofrimento era mais mobilizada por posseiros para comunicar distanciamentos sociais, enquanto o termo violência raramente era empregado nos conflitos por terra. Mas em sentido amplo, variadas formas de violências, distanciamentos e identificações compunham a produção de seu mundo social, sendo faladas e mostradas por enunciações e tons das narrativas que demarcavam temporalidades e limites morais (Ibid.). Maria Elvira Díaz-Benitez (2019), por sua vez, argumentou que a humilhação é uma emoção chave para observarmos seus efeitos em complexos que envolvem outras emoções (como nojo, gratidão, amor, vergonha, raiva e medo), construídos relacionalmente em hierarquias cujo enquadramento como violência não é dado, mas disputado. Seguindo Michael Gilson (1996), busco analisar de que modo contextualizaram e produziram a hierarquias sociais

em meio a disputas por reputações, respeito e terra, ao falarem sobre homens poderosos (dos fazendeiros às autoridades), construindo narrativas de sofrimento, humilhação, vitória e honra.

As conversas e entrevistas que dão sustentação à presente análise se deram em trabalhos de campo que realizei em 2013, 2017 e 2018, bem como em mídias sociais. Me apresentei como pesquisadora da UFRJ estudando a situação do assentamento e sua relação com fazendeiros, mineradoras e madeireiros. O medo foi uma marca das interações que tive com assentadas e assentados. Por um lado, muitos me viam com desconfiança por andar sozinha e ter uma aparência e origem semelhante a antagonistas ou agentes governamentais (em grande parte brancos do Centro-Sul). Fui percebendo que uma parte cultivava um distanciamento precavido de mim em meio a rumores e “brincadeiras com fundo de verdade” sobre minha chegada, como: eu seria policial federal e prenderia todo mundo por desmatamento, visto que alguns vendiam madeira ao abrirem seu lote⁶; seria espiã da mineradora e fazendeiros que buscavam expulsá-los ou coagi-los a aceitar legalmente a sua presença. Por outro lado, muitos se encontravam sob ameaça de morte ou de outras represálias, que se tornaram ainda mais palpáveis após o assassinato de dois assentados em 2018.

No primeiro item abordo o *sofrimento* nas memórias de chegada e permanência no assentamento como constitutivo do sentimento de pertencimento comum, entrelaçado com a experiência de serem desprezados pelo *governo* e por representantes. No segundo item, apresento *histórias* diversas que permitem pensar como sentiam diferentes emoções ao viverem em meio a *covardias* e desprezos, que remetem a diferenciações entre quem *humilha*, quem *é humilde* e quem *amansou*.

O sofrimento da história do assentamento

Os assentados com quem conversei passaram por vários lugares do Brasil – principalmente de municípios do Pará e das regiões Sul, Centro-Oeste e Nordeste – ou mesmo de outros países como Argentina e Paraguai antes de se mudarem para Novo Progresso. Compartilhavam recordações da roça nas suas vidas e de seus familiares, sendo o assentamento um meio de voltarem a ter terra para plantar e criar animais como

⁶ Essa quantidade de madeira é irrisória perto das dezenas de toras retiradas diariamente de forma ilegal do assentamento por grandes fazendeiros, sobretudo da área que deveria ser a reserva coletiva do PDS.

galinhas, porcos e um gadinho. Essa *luta por terra* por vezes começou nesses outros lugares pelos quais andaram previamente – e que continuaria para muitos dos que saíram do Terra Nossa dados os *sofrimentos* que lá viveram até não conseguirem mais ficar. Se viver já era descrito como uma *luta cotidiana* (COMERFORD, 1999), saber viver em meio a agentes poderosos e *valentes* era uma *luta* ainda mais *sofrida* e, por isso, motivo de orgulho nos relatos que me faziam (COMERFORD, 2014). Essa vivência, por sua vez, era vista como decorrente do desprezo do *governo* que lhes *jogou e abandonou*.

Conforme aqueles que já *lutavam* pelo assentamento antes de sua criação pelo Inca em 2006 me contaram em variadas ocasiões, sua *história* remete à *luta do acampamento* no entorno da rodovia BR-163. Valorizando-se como *pioneiras e pioneiros* dessa *história* compartilhada do Terra Nossa, relataram como foram sucessivamente *jogados* por representantes (sindicalistas e políticos) e servidores do Inca em terras reivindicadas por fazendeiros, embora muitos desses não cumprissem os requisitos para titulação de suas áreas⁷. Primeiramente, o presidente do STTR/NP (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Novo Progresso) mobilizou os então candidatos a beneficiários de reforma agrária que estavam acampados na rodovia a ocuparem uma área onde capatazes dos fazendeiros queimaram seus barracos.

Frente a essas represálias no local, receberam orientação do então candidato à prefeitura a voltarem para a cidade ou para os acampamentos na BR-163. Em troca do apoio dos acampados à sua campanha política em 2004, ele lhes prometeu que *ajudaria* a viabilizar a política de reforma agrária. No ano seguinte, eleito como prefeito, o Inca criou o PDS Vale do Jamanxim em dezembro de 2005. Porém, foram expulsos por “fazendeirões” que tinham capatazes e prestígio no município, voltando para o *sofrimento* das condições dos acampamentos. Poucos meses depois, em fevereiro de 2006, o governo federal criou por decreto a Floresta Nacional do Jamanxim sobre a área daquele assentamento, o que dificultou ainda mais a sua implantação. Já naquele momento se fazia sentir o que os munícipes chamaram de crise da febre de empregos, o que aumentou os adeptos à *luta por terra*. O prefeito então realocou as famílias acampadas para um ginásio

⁷ Os assentados se diferenciavam entre quem estava desde o início – *pioneiros* que geralmente constam na Relação de Beneficiários (RB) do Inca – e quem chegou depois no Terra Nossa. Os últimos compartilhavam do conhecimento sobre a *história do assentamento*, embora recomendassem os primeiros como mais hábeis para contá-la por terem presenciado as *covardias* e *sofrido* desde os acampamentos.

esportivo tendo em vista *ajudá-las*, dando-lhes assistência em moradia, alimentação e trabalho enquanto continuavam *lutando* com o Incra por um novo assentamento.

Em 6 de junho de 2006, após negociações do prefeito com servidores do Incra, parecia enfim que a espera *sofrida* nas lonas lhes daria acesso a um lote, ainda que com menos conforto (logo, mais *sofrido*) do que o PDS anterior, que era mais próximo da cidade. Foi publicada a portaria de criação do PDS Terra Nossa com capacidade para 1.000 famílias em 149.842 hectares, dos quais 80% deveriam ser destinados para a reserva legal coletiva a ser gerida pelas associações do assentamento. Dos 1.000 lotes previstos de 20 hectares, apenas 373 foram demarcados pelo Exército e, desses, apenas 240 foram divididos pela autarquia entre as seis associações que ficaram encarregadas de selecionar os “mais necessitados”, priorizando as famílias que *sofreram* nos dois acampamentos⁸. Cada associação ficou responsável inicialmente por 40 famílias que constavam na Relação de Beneficiários (RB) do Terra Nossa. No entanto, quando as famílias *pioneiras* finalmente *entraram* nos lotes em 2007, mais uma vez descobriram que a autarquia as *jogou na mão dos fazendeiros* com a *ajuda* do prefeito em quem haviam confiado. Como um assentados me explicou: “os fazendeiro querendo arrancar escola e [...] o outro falando em botar veneno na água. [...] As pessoas do RB quase tudo saiu porque ficou com *medo*” (28/10/2013).

Em todas as versões da *história* do PDS que ouvi, independentemente dos alinhamentos e conflitos internos, era unânime que o principal culpado da situação era o *governo*, materializado na figura do Incra e em nomes de alguns servidores. Em 2013, um presidente de associação me disse para desenhar um círculo com os fazendeiros de um *lado*, os assentados do outro *lado* e o Incra no meio. Esses *lados*, porém, não eram estanques, nem tinham as mesmas referências conforme quem falava. Ao falarem de *lados*, buscavam demonstrar suas lealdades no conflito, bem como se valorizar por estarem do *lado certo* e seguirem na *luta do Terra Nossa*, o que lhes tornaria *guerreiros* e *corajosos*. Rosa, por exemplo, ressaltou que os fazendeiros contrários ao PDS se aliaram

⁸ Lygia Sigaud (2000, p.76-77), com base em Max Weber, observou como o sofrimento da vivência compartilhada acionado nas narrativas de acampados era central para a sua legitimação. Sabiam que o sorteio do Incra priorizaria quem sofreu no acampamento e montou barracos de lona, onde ao menos um parente permanecia enquanto os demais trabalhavam e residiam fora. Camila Castro (2013) confirmou essa preferência dos funcionários da autarquia por candidatos a beneficiários que sofreram no acampamento, não só para a distribuição de cestas básicas, mas de lotes.

com parte dos representantes dos assentados, com quem “tão estudando uma maneira [...] de não deixar aquilo ali *virar um assentamento*” (entrevista gravada, 02/06/2017)⁹.

Dessa forma, o assentamento é visto como processo ainda em disputa, na qual parte dos representantes foi sendo tensionada a aderir ao outro *lado*, situação que todos reconhecem ter sido promovida pelo *abandono do governo*, embora isso não seja suficiente para justificar moralmente o atravessamento dos *lados*. Alguns representantes chegaram a afirmar publicamente que não são assentados, e sim posseiros, defendendo o acesso à terra pela via da *regularização fundiária* e não da política de *reforma agrária*. Esses são assinalados pelos que se afirmam assentados como *traíras* ou termos correlatos. Outros representantes se tornaram próximos dos fazendeiros, construindo com eles relações de trabalho, amizade e gratidão tecida por *ajudas* mútuas, ou mesmo de namoro. Isso era constantemente discutido pelos demais como possível *traição* e cruzamento da linha entre um *lado* e outro, podendo suscitar *raiva* e nojo pela transgressão do que deveria se manter apartado, bem como pelo desrespeito a direitos ou valores, abarcando sentidos morais como argumentam Rezende e Coelho (2010, p.77-78).

Histórias sobre humildes, humilhações, covardias e gratidão

A *história sofrida do assentamento* não contava apenas um passado que explicaria suas *lutas* no presente da pesquisa, mas construiu uma comunidade afetiva e moral (DAS, 1995; LAMBEK, [1996] 2016) através desse conhecimento narrativo produzido em meio a seus movimentos entre acampamentos, lotes, a cidade de Novo Progresso e andanças anteriores pelo mundo, no sentido de Tim Ingold (2011). Por meio desse conhecimento continuamente costurado, expressavam valores e categorias compartilhados e diferenciações internas por reputações que constituem o que Frederick Bailey (1971) chamou de pequena política. Assim, a *história* de *pioneiras* e *pioneiros*, ao ser contada, ouvida e recontada, se entrelaçava às demais *histórias* sobre o *sofrimento* cotidiano e eventual ao morarem no PDS, que apresento a seguir. Nessas, associam os *sofrimentos* a emoções e julgamentos morais variados ao lidarem com agentes poderosos e o *governo*.

⁹ Nomes de assentados e fazendeiros foram alterados.

Humilhações passadas dos valentes

“Minha vida, vou te dizer, dá um livro de história”. Foi assim que Paulinho, um senhor negro com seus mais de cinquenta anos começou a nossa conversa no único cômodo de seu *barraco*, situado na área da comunidade do PDS Terra Nossa, em outubro de 2013. Cheguei acompanhada de um jovem casal, seu bebê e irmãos pequenos, que moravam no *barraco* onde fiquei hospedada por duas noites. Seus pais haviam me recomendado conversar com esse vizinho “muito amigo nosso” sobre a *história do assentamento*, pois ele estava lá desde o início. Além disso, havia sido alvo de sucessivas retaliações, tendo passado por muito *sofrimento*. Paulinho contou as seguidas vezes em que perdeu terra e casa em suas *andanças* desde o Sul da Bahia, onde nasceu, ao Paraná. Ao casar-se com a primeira esposa que faleceu, seguiu para o Paraguai, Mato Grosso e Pará – trajeto comum a progressenses que subiram a rodovia BR-163. Nesse percurso de seguidas *humilhações*, Paulinho foi aprendendo a lidar com as ameaças de expulsão (entrevista gravada 28/10/2013):

Paulinho: Eu *entrei* foi numa área de terra lá no Paraná, uma plantação de 6 mil pé de café [...] Disseram que fazendeiro vinha pra tomar, fui no quartel [...], aí as polícia falou assim, você tem jeito de investigar esses homens lá, gravar pra mó de trazer pra nós? Eu falei “tenho, que eu sou baiano e sou jeitoso”. Eles falou, “não mata não?”. Eu falei, “me dê uma máquina que tire foto!”. Eu tirei foto, quando cheguei lá, perto dos barracos dos homi, que o meu era mais embaixo né... aí eu tava *humilhado* lá.

Renata: *Humilhado* você quer dizer o que, eles te ameaçavam?

Paulinho: Por causa que eles era *valente*, nem que ameaçasse, mas eu ficava com medo. É 40 homi, tudo de carabina. Aí, aí quando eu cheguei com a máquina... eles apontaram tudo os armamentos em cima de mim. Eu era solteiro ainda. Aí eu... falei, “não, eu sou da fazenda...”. Mentira! Eu ia falar que era da polícia? [...]. Quando cheguei na delegacia [...], falaram “meu Deus do céu, esse baiano é cruel, é danado ó”. [Todos riem muito da mentira]. Aí passou quinze dias e o Exército foi lá com camburão. Pegou tudo! [...] Pegaram até metralhadora [...]. Eu era pra ficar escondido, [...]. Não tive meu café, mas eles foram pra cadeia [...]. É assim que faz.

Depois do Paraná, foi para Colíder (MT), onde a firma colonizadora lhe prometeu uma chácara de 4 alqueires com a derrubada do mato. Porém, *sofreu* outra *humilhação*, pois tinha *jagunçada*, “naquele tempo, trinta anos atrás, era só... jagunços, ficava *humilhado*, ia morrer.”. Se dizendo *desgostoso* de tudo que passou, decidiu ir ao Pará, *rodando* por Itaituba e Rurópolis – onde sua “casa queimou, queimou documento de novo”. Como se não bastasse, sua segunda esposa, que lhe deixou sete vezes, se *amigou* com outro homem sem lhe informar. Por seis meses não sabia seu paradeiro, até pedir o divórcio, “aí fiquei na dúvida, fiquei descrente das muié, por causa da ação que ela fez”.

Divorciado, chegou em Novo Progresso, onde seu *barraco* foi queimado por *guachebas* no PA Santa Júlia. Já no PDS Terra Nossa, as *humilhações* não cessaram:

Até hoje ainda tem o Daniel [fazendeiro], o irmão dele que se chama Gianni. Não deixa fazer casa de alvenaria na área dele. E sendo que tá cortado pelo Incra, dado apoio do Exército e da polícia federal. Abraão [fazendeiro] ainda conseguiu tomar 20 ou 30 lotes já medido, passou a mão, já marcado pelo Incra, se *amigou* com mulher chamada... Não, eu não vou falar dessa mulher, ela é presidente da comunidade [Risos do casal]. *Amigou* com homi só pra dar os 30 lotes pro homi. [...]. Entrou uma turma pra tomar essa terra do Incra, ameaçou tirar, os camaradas ficou com *medo* e tirou, ele passou uma graninha pros caras. [...] A maior parte das madeira da reserva ele tirou, e ele tava acampado na casa dela e ela dando *apoio*. Mas olha, mas menina, eu fico é morrendo de *raiva*. E daí, porque tem muitos que tem *medo de falar* e tem *medo de morrer*. Hoje mesmo chegou aqui dizendo “você fica falando e aí eles vêm tomar [a terra] de nós...”. Mas eu falo que o homem nasceu pra morrer, mas o homem nasceu pra falar a verdade, mente se for de má conduta.

Em uma mesma conversa, Paulinho demonstrou de forma divertida e épica sua *coragem* no passado e no presente. Antes, enfrentou e venceu os *valentes* que lhe fizeram sentir *humilhado*, isto é, inferiorizado, por estarem em grande quantidade de homens e armas, o que lhe causava *medo*. Depois foi *humilhado* sucessivamente em situações parecidas de conflitos fundiários e até mesmo por sua segunda esposa, que se *amigou* com outro homem. Na *luta do acampamento*, foi novamente *humilhado*, tendo seu barraco queimado – *história* que os assentados conheciam. Perante todo *sofrimento* que relatou ter passado, expressou sua *raiva* com a representante de associação do Terra Nossa que *apoiava* um dos fazendeiros que desmatava a reserva coletiva, em uma relação cuja denominação e modo em que contou me fez remeter à ideia de traição muitas vezes dirigida explicitamente a outros representantes. Sua ex-esposa lhe abandonou ao se *amigar* com outro, o que o tornou descrente com mulheres, ao passo em que a representante se *amigou* com o outro *lado*, o que lhe suscitava desconfianças que perpassavam a violação de valores correspondentes a gênero e lealdades (com o marido e a comunidade). Ademais, tendo assentadas que dividiam a casa com o “inimigo”, o *medo de falar* era ainda mais pronunciado, comentado e alertado entre eles, mas ele seguia se vendo como mensageiro da verdade, movido por seus princípios morais e pela *raiva*.

Se a humilhação é um sentimento público, eterno, corporal, que torna o humilhado em objeto, que significa a perda de controle da identidade (REZENDE; COELHO, 2010, p.88), Paulinho em sua narrativa mostrou de certa forma uma pedagogia da humilhação, pela qual aprendeu a gerir o *medo*, lidar com perdas e a fazer sua audiência admirar sua conduta, bem como rir com ele de suas experiências dramáticas e *humilhantes* nas configurações de poder em que se moveu durante a vida.

O desprezo dos *bravos*: o nojo no lugar do medo

Assentados costumavam lembrar que o fazendeiro *brabo* Daniel tentou avançar com seu trator sobre a escola que construíram em mutirão na agrovila do PDS em 2008, a qual se localiza dentro da área que ele demandava na justiça. Um assentado lembrou que foram as mães com suas crianças que resistiram na frente do edifício, impedindo-o de passar ao advertirem que lhe derrubariam do trator se ele avançasse para derrubar a escola, destacando a *coragem* dessas mulheres. Em uma das longas conversas que tive com as assentadas Ellen, Rosa e Juliana sobre as *covardias* no PDS, esse fazendeiro havia dito na época que a área da escola ia virar a cocheira das suas muitas cabeças de gado (entrevista gravada, 02/06/2017).

Apesar de muitos terem me narrado episódios de intimidação, xingamento e ameaças por parte de Daniel, o relato de Rosa, uma senhora negra, foi a que mais me impactou pelo detalhamento de sua memória, expressão corporal e racismo envolvido. Indo e voltando entre *histórias* pessoais de *sofrimento*, envolvendo direta ou indiretamente o assentamento, Rosa contou um dos dias em que Daniel e outros fazendeiros foram em sua casa, simulando em seu tom de voz a conversa que modifício abaixo segundo pontos relevantes para a análise:

Daniel: *Eu já não pedi, eu já não falei que eu não quero nenhum vagabundo e nenhuma vagabunda em cima do meu capim?*

Rosa: *O senhor lembra daquilo que o senhor foi e falou, que eu não tenho o documento, mas o senhor também não tem? Então vamos fazer assim, a terra é da União, vamos esperar o governo e o Incra vim pra resolver a situação nossa. Eu não posso abandonar aonde eu já gastei, aonde eu tô trabalhando, aonde eu tô plantando, o senhor pode ver que eu to produzindo.*

Daniel: *Oh o que vocês tem, é porcaria – Ele fazia e faz até hoje – Porcaria, isso não vale nada – Chutava forno, ele via essas máquinas de moer milho, pra tratar pintinho, chutava – Eu já falei que não quero vagabundo e vagabunda em cima do que é meu, nem que seja a última coisa que eu tenha que fazer na minha vida, mas em cima das nossas terras não fica – E bravo!*

Rosa: *A minha sorte é que você tem a boca bem tratada, que você tá jogando sua saliva no meu rosto. O senhor me respeita, o senhor modera suas palavras, que eu não sou vagabunda, eu sou trabalhadora – Aí foi a hora que ele levantou a mão pra dar no meu rosto, e eu tava arrumada pra vir pra cidade, aí tinha um fogão a lenha aceso. Aí foi a hora que ele perdeu a paciência dele lá e se sentiu no direito de querer me bater. O irmão de Daniel levou a mão embaixo da camisa pra sacar a arma, eu vi a arma, que ele tava com a camiseta comprida de linha. Ela não era de tecido assim. Era tipo um crochê, não tem?*

Em meio aos gestos que reviviam a *hora da agressão*, Rosa permitia que nós imaginássemos toda a cena em seus detalhes: as roupas que cada um usava; o marido que

parecia coadjuvante, pois a voz que contra-argumentava os fazendeiros era a dela; o xingamento de vagabunda que sempre era contraposto ao seu valor de trabalhadora e agricultora que *luta*; o Incra (*governo*) como responsável pela terra e pela resolução da questão através de documentos; os objetos que construíram com zelo para trabalharem e produzirem no PDS, desprezados pelos chutes de Daniel; o seu próprio corpo inferiorizado pela saliva e a mão do agressor que a empurrou em direção ao fogão chutado; o fogão já não tão quente a ponto de piorar a marca de queimadura em sua pele, que nos mostrou quando concluiu parcialmente o acontecimento:

Rosa: Oh, eu queimei aqui, aqui, aqui ó. Não mostrei pras autoridades pra não formar dilema maior pra cima dele. Me dá a impressão que foi Deus que não me deixou comentar [com as autoridades], pra tentar *amansar* né, eu falei, “Deus vai fazer que ele compreenda”. Mas não sei se compreende não. Aí depois disso ele foi mais umas três vezes lá em casa *brigar* de novo.

Rosa enfatizava em sua fala o quanto era compreensiva ao tentar explicar aos fazendeiros a situação em que se encontravam, sem documentos e em meio a disputas judiciais. Ademais, mostrava a disparidade de força entre as partes, visto que eles andavam armados e ficavam impunes apesar das *covardias*. Mostrava ainda ser digna de respeito ao se afirmar trabalhadora e descrever toda a *luta* para construir e produzir o que os seus antagonistas desprezavam. Lembrou ainda que uma amiga que trabalhava na fazenda de Daniel contou ao visitá-la após a agressão que comentavam na sua frente que não gostavam de negro e nem de sem-terra. Branco e sulista, Daniel continuou tentando por outras vias *botar medo* nos assentados que ocupavam a área que dizia ser sua, como infiltrar capatazes no meio deles. Contudo, como Rosa comentou achando graça, os capatazes de Daniel criaram laços afetivos com ela e sua família, chegando a considerá-la mãe ou madrinha. Após horas de conversa em que as três lembraram várias vantagens obtidas por Daniel apesar de todas as suas *covardias*, Rosa disse, “é uma *desonra* o que acontece lá dentro do assentamento! Eu nunca vi, uma coisa *nojenta!*”.

Imperava ao longo do relato tons de revolta contra *covardias* e nojo moral pela falta de sentido da situação na qual se via imersa, marcada pela falta de responsabilização por atos que feriam *direitos* (KOLNAI, 1998, p.589), bem como de orgulho pela preservação da própria honra em face à *desonra*. Esse complexo de emoções contrariava o desprezo do fazendeiro e o medo como forma de controle social (REZENDE; COELHO, 2010). Ao passo em que Rosa teria ouvido Deus e não mostrou a marca da

agressão corporal para as autoridades, ele foi incapaz de compreender a situação e de ser *amansado*, o que indicava superioridade moral e espiritual da narradora.

Desprezo pela fala destemperada e a vergonha frustrada

Os encontros com autoridades – como policiais, funcionários públicos vinculados ao governo estadual ou federal – com quem tinham que lidar para trabalharem na terra, serem reconhecidos como assentados e denunciarem injustiças, eram permeados por tensões e riscos de *humilhações*, vergonha e *medo*. Quanto aos policiais e funcionários das delegacias de polícia locais, não raro ouvi que ignoravam seus pedidos de registro de Boletins de Ocorrência, o que desestimulava muitos a seguirem esse caminho – embora em um ou outro caso tenham narrado a insistência ao valorizarem a própria *luta* diante de dificuldades. Como diagnosticavam, isso ocorria porque essas autoridades estariam do *lado* dos fazendeiros e não dos assentados, os quais seriam sistematicamente desprezados pelo governo e/ou agentes poderosos. Esse desprezo ficou bem evidente no relato de Paulinho sobre sua ida à Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará) na cidade de Novo Progresso para registrar suas poucas cabeças de gado:

Aí eu falando praquele do gado, Adepará, eles puxaram pro *lado* dos fazendeiro. Falaram “você vai perder [a terra no PDS Terra Nossa]!”. Aí eu falei, “peraí, você trabalha no órgão cuidando dos gado ou é advogado dos fazendeiro?”. Falei pra ele! Ele até perdeu argumento, disse que eu era analfabeto, não sabia ler nem escrever, acho que é pra se vingar. Eu falei! Pra poder dizer que quando eu falava alguma coisa destemperada né, pra pessoa perdoar, que eu era analfabeto né, não sabia de nada... Daí eu falei pra ele: “olha senhor [...] eu vou vestir saia que viro mulher me rebolar no meio da rua aí, se esse fazendeiro, se o Inbra tirar *direito* nosso [...] o Exército que deu apoio, e a federal, tá tudo medido lá, apanhado os piquete de cimento. Eu viro mulher, eu visto saia, se o Inbra perder pra esse fazendeiro, eu visto saia! Você vai ver! Se tirar nós pra dar pros fazendeiro”. (28/10/2013).

Como constatei nas minhas idas à Adepará, a maioria, senão a totalidade dos funcionários, era branca e, segundo relatos que ouvia de fontes diferentes, aparentava ser sulista e de família de pecuaristas. Sendo funcionários de um órgão público, também eram escolarizados. Assim, a inferiorização de Paulinho pelo analfabetismo e pela sua posição do outro *lado* da *luta* soou como provocação e tentativa de constrangê-lo perante o público que se encontrava na agência naquele dia. Porém, Paulinho não se deixou constranger ao rememorar a história pela tentativa fracassada de vingança por meio da vergonha e humilhação, pois ele teria razão nos argumentos, enquanto eles não. O *lado* dos fazendeiros era contrário ao Inbra e ao Exército, os quais mediram o assentamento e

lhes deu *direito* sobre a terra. Assim, simbolizou a inversão de papéis se fossem eles a vencerem a *luta pela terra* ao prometer que ele mesmo inverteria os papéis de gênero, se tornando mulher. Mais uma vez Paulinho demonstrava de forma descontraída a sua masculinidade ao evocar as mulheres, agora não mais como traidoras, mas pela situação absurda que seria ele performar a feminilidade. Mais uma vez, seus vizinhos e eu rimos de seu relato repleto de gesticulações e tonalidades exageradas.

Medo e coragem de falar

Além da tentativa de envergonhá-los, as autoridades eram recorrentemente descritas pelo *medo* que causavam. Mesmo o Incra, cuja presença era muito desejada em falas de denúncia sobre o *abandono* em que se encontravam, era temido:

Quando o povo, menina, ouve falar assim “O Incra vem vindo”, o povo fica tudo doido, apavorado, tu sabe? Parece que vem vindo uma serpente, porque eles vêm e faz papel de serpente. Aí as pessoas não têm coragem de falar isso, mas eu tenho coragem porque eu tô passando por isso e eu não tenho medo da verdade [...] Posso sofrer as consequências, porque falar a verdade pode custar até a vida. (Ellen, entrevista gravada, 07/06/2017).

De fato, Ellen era uma das poucas assentadas que descrevia o Incra dessa forma, o que me pareceu estar relacionado tanto ao *medo* de criticarem a autarquia por dependerem de seus servidores para serem reconhecidos como assentados, quanto a relação de confiança que estabelecemos uma com a outra. Em conversas por mídias sociais, Ellen continuou contando revoltada seus enfrentamentos com essas autoridades:

Eles [servidores e superintendentes do Incra] não lembram que largaram a gente aqui, fizeram um assentamento invisível, e é cárcere privado porque não pode trabalhar pra fazendeiro porque senão dizem que a gente é a favor do fazendeiro. A reforma agrária é essa, viver na bacia da miséria. Vai matando a gente aos poucos até a gente desistir. [...] Incra fica em cima do muro. Ou a gente serve a Deus ou ao Diabo, não dá pra ficar em cima do muro. As mortes que acontecem o culpado é o Incra. Nosso *sofrimento* o culpado é o Incra. [...] Eu não aceito nem o grande nem o pequeno *humilhar* os outros assim. O pior *covarde* é aquele que aproveita a fraqueza do outro. O mais pequeno é indefeso. Por que não aceito o Incra *humilhar* nós agricultor? Porque nós é indefeso. (07/09/2020, áudio via mídia social).

Em suas reiteradas queixas, Ellen mostrava a falta de conhecimento do Incra ao confrontar assentados por trabalharem para fazendeiros, pois confundiam que isso seria atravessar os *lados*, ao passo em que é justamente esse trabalho que permitiu que muitos permanecessem na luta pelo PDS Terra Nossa em meio ao *abandono*. Ademais, explicitou nessa fala o significado de *covardia*, que remete a descrições de covardia em outros

contextos rurais como enfrentamento desleal dos *fortes* para com os *fracos*. A *covardia* pode ser associada à perversão do ideal de coragem e de virilidade ao desumanizar o outro (BRANDÃO, 2000, p.76) e à falta de discernimento dos confrontos (AYOUB, 2014, p.125-126). No caso da fala de Ellen, poderíamos estender isso à pretensão de ficar em cima do muro, que na prática implica a permissão para que o *lado do diabo* ataque e mate pessoas consideradas vulneráveis¹⁰.

Assentados (os *pequenos, de Deus*) que atravessaram a linha da comunidade e se alinharam ao outro *lado* (dos *grandes, do Diabo*) também se enquadrariam nessa categoria de *covardes* quando participaram da humilhação dos mais *fracos*. Apesar desses serem descritos por Ellen como indefesos, demonstraram muitas vezes com seus atos de fala e atitudes que vão à *luta* e não aceitam *humilhações*, afirmando e exigindo sua dignidade. Nisso, ela se mostra um exemplo de *coragem* como valor que incide justamente contra *humilhações, medo, covardia* e desprezo. Apesar de muitos evitarem falar para pessoas de fora como eu ou autoridades sobre assassinatos e agressões corporais por terem *medo de falar e de morrer*, manifestavam *coragem* ao contar suas histórias de *sofrimento e humilhação*, pois falar era um risco de “trazer à tona sentimentos que podem reacender o conflito e dar lugar a novos atos de violência.” (AYOUB, 2014, p.128).

No sentido analisado por Paula Lacerda (2017), a enunciação do sofrimento produz queixas que, transformadas em lutas públicas, são consideradas atos de coragem por desafiarem autoridades que lhes abandonaram e agentes locais poderosos envolvidos com as práticas anunciadas como violentas. Com isso, vão no sentido contrário da desonra e humilhação que seu silêncio significaria, bem como da representação de que suas vidas seriam descartáveis, inferiores, menos humanos e, portanto, humilháveis. O próprio ato de contar histórias de *sofrimento e humilhação* era uma demonstração e exigência de dignidade. Isso remete ao observado por Elisabeth Wood (2001), em que camponeses de El Salvador se rebelaram contra elites não somente por acesso à terra, mas pela satisfação e orgulho de romperem com a humilhação, obediência, medo e desprezo do passado e ao denunciarem o que passaram a enquadrar como injustiças.

¹⁰ Em 2018 dois assentados *pioneiros* em RB foram assassinados por ocuparem lotes disputados por fazendeiros: Romar Roglin foi baleado em seu lote; e Antônio Rodrigues dos Santos, que deixou uma viúva e três filhos que não puderam enterrar o pai e o marido, pois seu corpo continua desaparecido. Sobre essas mortes, ver: Raione Lima (2019), agente da Comissão Pastoral da Terra de Itaituba.

Um fazendeiro amigo e temido, mas sem coragem

O fazendeiro Seu Otávio, que foi assassinado em condições misteriosas, era constantemente lembrado por todos assentados com quem conversei sobre os fazendeiros e suas particularidades no convívio cotidiano. Na maioria, concordavam que ele tinha sido relativamente bem sucedido no início do assentamento em assustar famílias que estavam em RB com as ameaças que fazia de que levaria jagunços para matar quem estivesse na área que reivindicava como sua (inclusive judicialmente), além de dizer que botaria veneno na água desde então escassa do local. Porém, após a saída dessas famílias iniciais, quem permaneceu na terra relata ter passado a vê-lo como *sem coragem* de fazer o que dizia, chegando a se tornar uma visita íntima das casas de assentados, que chegava sem avisar e entrava. Era ainda lembrado de forma cômica por seu jeito simples e brincalhão. Paulinho, ao compará-lo com outro fazendeiro do entorno ao lado de vizinhos, falou em tom de saudade do amigo que perdeu:

Paulinho: O [Otávio] é outra área é uma área pequena, ele falou que ia botar veneno, ia matar, “trago jagunço e mato vocês tudo”. É o Otávio. Por isso que os de RB de seu Otávio foram embora tudo. Porque ele falava de matar, panhar veneno na água [...] O Incra prometeu dar terra em outro canto e ele não quis, o seu Otávio. [...] Eu não era contra [o direito dele], sabe por quê? Porque ele era o único que vinha aqui em casa pra cortar cabelo comigo. Eu consolava ele. Ele só tirava só madeira. [...] Ele não tinha *coragem* de fazer um *barraco*, de fazer um pasto bom pra panhar gado né. Nenhum cuidado de fazer [...]

Renata: Mas ele vinha aqui na sua casa e era contra o assentamento ao mesmo tempo?

Paulinho: Era amigo meu. Mas ele não importava mais não, porque tava viu... tá com sete anos que ele fala que vai matar. Era só de boca pra fora.

Vizinha de Paulinho: Ele tinha *raiva* só da área dele e aqui não é área dele...

Paulinho: [...] Por isso que gente aqui de dentro não foi [que matou Otávio], porque tava acostumado com ele né. Foi gente de fora [...].

Assim, para além da diferenciação de reputações entre fazendeiros *humildes*, que supostamente fizeram acordos com o Incra, e os *valentes* que os *humilham*, o fazendeiro assassinado Otávio aparece como um caso à parte, retratado por ter uma “área pequena” (968ha) e não ter *coragem* nem de cuidar da terra e do barraco, nem de levar a cabo suas ameaças. A *coragem*, cujo significado varia conforme a circunstância como apontou Michael Lambek (2015, p.14), aparece aqui como cuidar da terra e como virtude intermediária entre os extremos *covardia* – *humilhação* e/ou *valentia* – e imprudência.

Mesmo sem saberem as causas de seu assassinato, os relatos sobre Otávio indicavam avaliações de que teria sido morto por ameaçar demais sem *medo* das consequências.

Produtores *mansos* e a gratidão

Em outubro de 2013, um dos assentados que me levou de moto para alguns lotes do PDS para conhecer as famílias me deixou em sua casa no sítio, onde conversamos com sua esposa e Bernardo, um vizinho que costumava lhes visitar e que atuava em um cargo de uma das seis associações. Entre discussões sobre se alguns representantes de associação do assentamento estariam atuando em benefício próprio ou correndo atrás das demandas dos associados como trator, perguntei se podiam usar trator, pois haviam me dito que o fazendeiro Daniel não permitia que assentados mecanizassem a terra:

Bernardo: Não existe isso de fazendeiro não deixar usar trator. Só o falecido Otávio tentava empatar as pessoas. Já trabalhei pra Daniel. Daniel tá esperando sair o documento dele [de propriedade].

Renata: Mas e a escola, ele não tentou derrubar há uns anos?

Bernardo: É, o Daniel ameaçou mesmo derrubar a escola, mas isso aconteceu no início. Agora nos últimos anos não. [...] Não vejo o Daniel como violento não. (29/10/2013).

Surpresa, visto que havia conversado cerca de vinte assentados que reclamaram da *valentia* de Daniel, lembrei do comentário de Paulinho e sua vizinha de que a *raiva* dos fazendeiros poderia decorrer da ocupação da área que reivindicavam. Perguntei então qual fazendeiro se dizia dono da vicinal em que os três moravam, ao que o casal respondeu que “o nosso lote é do Seu Beto, antes era dele né”. Tendo conversado com o casal em outros momentos, eles tinham comparado Beto com Daniel, reclamando que ao passo em que o gado do segundo entrava no sítio deles, Beto nunca lhes teria incomodado e estaria “até fazendo cerca pro gado dele não passar para os lotes”. Além disso, lembraram que Daniel mantinha o processo na justiça que havia dificultado a ação do Incra por anos na área que reivindica ser sua – mais de 7 mil hectares, segundo o Incra (2018). Mesmo com diferenças quanto às críticas a Daniel, naquela conversa de fim da tarde, os três concordavam que “o problema mesmo é o INCRA que chega aqui e fala mentira à beça e vai embora”, causando *sofrimento*.

Bernardo seguiu trabalhando para fazendeiros, o que era comum entre os demais assentados para conseguir uma renda frente à falta de crédito e de infraestrutura. Cabe

ressaltar que Bernardo é branco e do Sul, o que provavelmente favoreceu sua aproximação com fazendeiros brancos de mesma origem, sobretudo os abertamente racistas como Daniel que disse não gostar de negro, como vimos na *história* em que agrediu Rosa, uma senhora negra. Logo, trabalhando nessas fazendas e com sua dedicação em uma associação, Bernardo foi um dos poucos a receber material da autarquia para construir sua casa de alvenaria, além de ter conseguido através de projetos algum recurso e mudas de plantas para aprimorar seu sítio. Quando voltamos a nos falar em 2017 e 2018, me contou com alegria e orgulho das coisas que havia conquistado apesar das dificuldades – uma causada por um representante de associação que não havia lhe ajudado com um projeto. E continuava desejando novas formas de viver da terra e comercializar o que produzia. Da última vez que nos falamos, retratou aqueles que empregavam assentados e ofereciam melhorias cuja responsabilidade era do Incra como *amansados*:

Daniel e outros fazendeiros *amansaram*, viraram produtores. Daniel hoje planta abacaxi e tudo. Precisa de mão de obra e consegue isso com pessoal do assentamento. Viu que não dá mais pra ficar batendo de frente, na porrada, com o pessoal como se fazia antes. Que dá pra ficarem juntos. E a mineradora vai começar a trabalhar esses dias. Com ela as coisas vão melhorar, ela vai dar muito emprego. E ela melhora as estradas e pontes do assentamento. (08/10/2018).

Em assentamentos rurais da área do “agronegócio” em Mato Grosso, Cristiano Desconsi (2017) observou que redes de reciprocidade entre familiares, vizinhos e fazendeiros do entorno ou de fora do assentamentos eram fundamentais para que os beneficiários tivessem condições de se manterem e trabalharem na terra. Isso podia gerar a gratidão perante patrões considerados “bons”, com quem nutriam um sentimento de dívida. Nesse sentido, por nutrir um laço afetivo com esse fazendeiro, Danilo aceitava sua posição na hierarquia social em que vivia (REZENDE; COELHO, 2010, p.90) e celebrava as suas conquistas pessoais como possíveis graças à interdependência entre *fortes* e *fracos*, em que aqueles precisam de mão de obra e esses precisam de emprego, estradas e pontes. Ao defender um fazendeiro com fama de *brabo*, Bernardo demonstrava sua gratidão e lealdade, o que manifestava uma retribuição esperada frente ao que havia recebido (Ibid., p.92). Ademais, ele não sentia *medo* do patrão tão temido por todos, o que remete à diferença desse sentimento com a gratidão – assim como a confiança, segurança e tranquilidade – conforme notado por Aurel Kolnai (1998).

Os *humildes* que fizeram um acordo

Além de ser denunciado em todas as falas por tê-los *jogado* e *abandonado* sem infraestrutura e crédito em meio a conflitos fundiários, o Incra era recorrentemente criticado por não ter cumprido um suposto acordo com os fazendeiros que se diziam donos da área mais densamente ocupada por assentados do PDS, o que teria gerado três processos judiciais dessas fazendas. O acordo era de que os fazendeiros cederiam 50% de “sua área” para o PDS e o Incra titularia os outros 50%. Nessa leitura dos acontecimentos, os fazendeiros bons/*humildes* não lhes inferiorizaram publicamente, pois reconheceram sua existência e seus *direitos* como assentados, desde que houvesse negociação sobre terras que seriam supostamente suas para negociar. Já o *direito* dos fazendeiros era tema de debate entre assentados. Alguns faziam questão de chamá-los de *posseiros* para enfatizar que não têm título de propriedade e, por isso, não deveriam ser reconhecidos como donos da fazenda. Uma minoria os chamava de *grileiros*, incorporando um idioma mais usado pelos servidores do Incra com quem tiveram contato. E outro segmento que defendia acordos entre as partes dizia que não *tiravam o direito* dos fazendeiros de terem sua posse regularizada, desde que não prejudicassem as famílias que já ocupavam o PDS.

De toda forma, a *história do acordo* era constantemente repetida por todos de forma vaga, soando a boatos que ouviram ao longo do tempo, provavelmente dos fazendeiros. Servidores do Incra declararam e comprovaram com um documento que nunca houve acordo (INCRA, 2010), mas o boato foi eficaz. Muitos assentados relevavam que ao menos alguns fazendeiros seriam *humildes*, pois por terem aceitado o suposto acordo, entenderiam que “assentados não tem nada a ver com o problema, que o problema é o Incra”. Mesmo pessoas que lhes chamavam de *grileiros* diferenciavam os que *humilhavam* dos *humildes*, ou os *demônios* dos *menos maus*, embora ressaltando que “o gado dos *humildes* também come nossas roças”.

Em sentido próximo ao que Delma Neves (1997, p.306-307) observou, boatos como esse produzem realidades em processos de assentamento e constroem uma ideia de generosidade na distinção entre bons e maus fazendeiros. Como vimos a partir de Cristiano Desconsi (2017) e do caso de Bernardo, a reputação de bom patrão/fazendeiro é eficaz por se vincular ao sentimento de gratidão e dívida, cuja retribuição muitas vezes é a lealdade, inclusive de construção e reprodução da reputação de bom/*humilde*, e o trabalho de evitar embates com poderosos que *ajudam*. Lygia Sigaud (1996) notou relação semelhante entre trabalhadores rurais e patrões em Pernambuco, em que aqueles

que recorriam à justiça para demandar direitos trabalhistas eram avaliados como ingratos – insubordinados, isto é, mal reputados por contestarem as hierarquias sociais, ferindo a reciprocidade que lhes é cara, como argumentaram Rezende e Coelho (2010, p.96).

Considerações finais

A oposição entre os valores referentes à *covardia* e à *coragem* revela as relações de assentados e assentadas com o *medo* e o *sofrimento* vivido cotidianamente ao *segurarem a terra* apesar das *humilhações* e ameaças variadas perpetradas pelos agentes dominantes – servidores estatais, políticos, fazendeiros, madeireiros e uma mineradora – , os quais se engajaram na redução, recategorização ou mesmo cancelamento do assentamento. Ao passo em que a *covardia* era acionada para inferiorizar moralmente esses agentes *fortes* por produzirem injustiças contra os mais *fracos* – ou dos *fracos* que se aliavam aos *fortes* –, a *coragem* era valorizada como enfrentamento do *medo* que atua nessas relações em que a hierarquia dessa configuração social era contestada. Significava agir de acordo com o que se diz, qualidade que faltava ao fazendeiro falecido que não era *covarde* e nem *corajoso*, se tornando amigo de alguns assentados, apesar de no início do assentamento ter gerado *medo* em outros de quem tinha *raiva* por estarem em sua área.

Portanto, a *coragem* se associava também à valorização moral daqueles que produziam experiências compartilhadas de *sofrimento*, enfrentamento de *humilhações* e desrespeitos. Se vinculava ainda à construção de redes de reciprocidade que lhes permitia permanecer na terra em meio ao *abandono* e às tentativas de lhes incutir *medo* – fracassadas pela aproximação afetiva entre funcionários dos fazendeiros e os assentados. Ao mesmo tempo, reconheciam o *medo*, bem como as *humilhações* e desrespeitos, como justificações legítimas para a saída de muitas famílias dos lotes do assentamento e para os dilemas de denunciar ou não as violências para as autoridades. A diferenciação entre agentes dominantes que *humilham* e os *humildes*, *maus* e *menos maus*, permitia sentimentos de gratidão e aceitação relativa (debatida) do *direito* de alguns fazendeiros. Já a gratidão de assentados perante agentes marcadamente do outro *lado* significava a aceitação das hierarquias, o que lhes trazia benefícios pela manutenção da reciprocidade com patrões (fazendeiros, mineradoras, madeireiros), mas tornava-os alvo de avaliações como *traidores*, podendo suscitar *raiva* e nojo dos demais assentados.

Em suma, as emoções e valores que foram delineados nesse trabalho nos permitem observar como aproximações e distanciamentos foram produzidos em configurações sociais hierárquicas de respeito marcadas por gênero, classe e raça nas *lutas por terra*. O caráter violento dessas configurações não está dado, sendo avaliado como desrespeito a limites afetivos e morais, os quais são discutidos cotidianamente.

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila; LUTZ, Catherine. Introduction: emotion, discourse, and the politics of everyday life. In: LUTZ, C.; ABU-LUGHOD, L. (Org.). **Language and the Politics of Emotion**. New York: Cambridge University Press, 1990, p.1-23.

AYOUB, Dibe. Sofrimento, tempo, testemunho: expressões da violência em um conflito de terras. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 107-131, jul./dez. 2014.

BAILEY, Frederick. **Gifts and Poison: The Politics of Reputation**. Oxford, Basil Blackwell, 1971.

BRANDÃO, Carlos. **O afeto da terra**. Imaginários, sensibilidades e motivações de relacionamentos com a natureza e o meio ambiente entre agricultores e criadores sítiantes do bairro dos Pretos, nas encostas paulistas da serra da Mantiqueira, em Joanópolis. Campinas: Unicamp, 2000.

CASTRO, Camila. **Conexões e controvérsias no Incra de Marabá: o Estado como um ator heterogêneo**. 383 f. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – UnB, Brasília, 2013.

COMERFORD, John. Lutando: Os diferentes usos da palavra luta entre trabalhadores rurais. In: _____. **Fazendo a Luta: sociabilidade, falas e rituais na construção de organizações camponesas**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: NuAP/UFRJ, 1999, p.19-45.

COMERFORD, John. Saber viver, em meio a encrenqueiros, valentões e perigosos. In: BARREIRA, César; AQUINO, Jânia; SÁ, Leonardo. (Org.). **Violência, Ilegalismos e Lugares Morais**. Campinas: Pontes Editores, 2014, p.43-58.

CORREA, Ester; BEMERGUY, Telma. Fronteiras contemporâneas e diferenças em movimento. **Equatorial**, v.7, n.12, p.1-12, jan./jun. 2020.

DAS, Veena. **Critical events: An Anthropological Perspective on Contemporary India**. New Delhi: Oxford University Press, 1995.

DESCONSI, Cristiano. **O controle da lavoura: a construção de relações sociais e a produção de soja entre assentados do meio norte do Mato Grosso – Brasil**. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) – PPGSA/IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, 2017.

GILSENAN, Michael. **Lords of the Lebanese Marches: Violence and Narrative in the Arab Society**. London-New York, I. B. Tauris, 1996.

INCRA. **Laudo agrônomo de fiscalização**: Revisão do processo de criação do PDS Terra Nossa (Município de Novo Progresso e Altamira - PA). Santarém, 2010.

INCRA. **Diagnóstico Fundiário do Projeto de Desenvolvimento Sustentável do PDS Terra Nossa**. Ordem de Serviço n^o 54/2016/INCRA/SR30G. Santarém, 2018.

INGOLD, Tim. *Being alive: Essays on movement, knowledge and description*. London and New York: Routledge, 2011.

KOLNAI, Aurel. The Standard Modes of Aversion: Fear, Disgust and Hatred. **Mind**, v.107, n. 42, p. 581-595, jul. 1998.

LACERDA, Paula. O sofrer, o narrar, o agir: dimensões da mobilização social de familiares de vítimas. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 20, n. 42, p. 49-75, jul./dez. 2014.

LAMBEK, Michael. **The Ethical Condition**: Essays on action, person and value. Chicago, University of Chicago Press, 2015.

LAMBEK, Michael. The Past Imperfect: Remembering as Moral Practice. In: ANTZE, Paul; LAMBEK, Michael (Org.). **Tense Past**: Cultural Essays in Trauma and Memory. New York: Routledge, 2016 [1996], p.298-318.

LIMA, Raione. Conflitos no Campo: BR 163 no oeste do Pará é palco de assassinatos e ameaças de morte. **CPT**, Itaituba, 23/04/2019. Conflitos no Campo. Disponível em: <<https://bit.ly/37SxQxH>>. Acesso em: 21 fev. 2020.

MARQUES, Ana Cláudia. Apresentação. In: MARQUES, Ana Claudia (Org.). **Conflito, Política e Relações Pessoais**. Campinas: Pontes, 2007, p.7-25.

MARQUES, Ana Claudia; COMERFORD, John; CHAVES, Christine. Traições, intrigas, fofocas, vinganças: notas para uma abordagem etnográfica do conflito. In: MARQUES, Ana Claudia (Org.). **Conflito, Política e Relações Pessoais**. Campinas: Pontes, 2007, p.27-55.

NEVES, Delma. **Assentamento rural: reforma agrária em migalhas**. Estudo do processo de mudança de posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: EDUFF, 1997.

REZENDE, Claudia; COELHO, Maria Claudia. **Antropologia das emoções**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

SIGAUD, Lygia. A forma acampamento: notas sobre a versão pernambucana. **Novos Estudos CEBRAP**, nov. 2000, p. 73-92.

SIGAUD, Lygia. Direito e Coerção Moral no Mundo dos Engenhos. **Estudos históricos**, v.18, p.361-388, 1996.

WOOD, Elisabeth. The Emotional Benefits of Insurgency in El Salvador. In: GOODWIN, Jeff; JASPER, James; POLLETTA, Francesca (Org.). **Passionate Politics**: emoticons and social movements. Chicago: The University of Chicago Press, 2001, p.267-281.